

## **Notas Sombrias: O racismo e a LGBTfobia na educação musical**

### **Comunicação**

#### **GTE 16 – Sociologia da Educação Musical**

*Rodrigo Nunes de Oliveira Jesus  
Universidade Federal de Uberlândia  
ronunes20@hotmail.com*

*Hellen Raianny Barbosa  
Universidade Federal de Uberlândia  
violinohellenray2023@gmail.com*

*Jaqueline Soares Marques  
Universidade Federal de Uberlândia  
jaqueline.marques@ufu.br*

**Resumo:** Este artigo aborda o impacto do racismo e da LGBTfobia na educação musical, baseando-se nas experiências de dois alunos de um curso superior de Música. O trabalho surgiu de uma atividade acadêmica que envolveu a elaboração de memoriais pelos discentes, os quais revelaram desafios enfrentados relacionados a preconceitos raciais e de gênero ao longo de sua formação. A análise desses relatos pessoais busca evidenciar como tais formas de discriminação afetam a experiência educacional e profissional na música. A pesquisa identifica barreiras à discussão aberta sobre racismo e LGBTfobia na educação musical, como a falta de conscientização, a resistência à discussão desses tópicos e a falta de representatividade no corpo docente. O estudo ressalta a importância de uma educação musical que valorize a diversidade racial e cultural, evidenciando a predominância de um currículo eurocêntrico e a necessidade de integrar perspectivas diversas. O artigo examina políticas e práticas institucionais relacionadas ao combate ao racismo e à discriminação sexual na educação musical. Além disso, aborda os impactos emocionais e psicológicos do ambiente hostil nas salas de aula, destacando efeitos como marginalização e estigmatização dos alunos. A pesquisa propõe estratégias para transformar as salas de aula em espaços seguros e acolhedores. Em suma, o trabalho destaca a necessidade de uma educação musical mais inclusiva e igualitária, que combata preconceitos e estereótipos. Conclui com um apelo para que educadores e formuladores de políticas promovam uma educação musical baseada em inclusão, respeito e diversidade, apontando seu potencial para impulsionar mudanças sociais positivas na sociedade.

**Palavras-chave:** Racismo, LGBTfobia, educação musical.

## Introdução e caminho metodológico

Este artigo é resultado de um trabalho apresentado na disciplina Seminário Institucional das licenciaturas (SEILIC) do Curso de Graduação em Música da Universidade Federal de Uberlândia. No programa da referida disciplina os discentes são instigados a articular atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como compartilhar experiências vivenciadas pelas comunidades acadêmicas, escolares e não escolares em uma mostra de processos e resultados dos componentes curriculares - PROINTER I, II e III e Estágios Supervisionados I, II, III e IV.

Para tanto, no decorrer do semestre letivo de 2023/01, os discentes foram convidados a compartilhar suas experiências vivenciadas ao longo do percurso formativo na licenciatura em Música criando um memorial de suas formações acadêmicas relacionando-as com suas experiências tanto de atuação profissional, como das suas experiências de formação musical em espaços anteriores ao ingresso na graduação. Segundo Silva (2010, p. 601) “a escrita de memoriais de professores em formação inicial, alimentada pelas ações do lembrar e do recordar, das quais emergem movimentos discursivos que põem em cena a atuação de um sujeito que reflete sobre si e sobre seus saberes profissionais”, torna-se um “expediente metodológico produtivo” por proporcionar ao docente uma “compreensão acerca dos movimentos do processo da formação identitária profissional”. A partir desta atividade de escrita, é possível identificar “um jogo de atuação enunciativa e metadiscursiva que revela [...] o tipo de engajamento que o sujeito cria com o seu próprio dizer e/ou com o dizer do outro, com o seu saber profissional” (Silva, 2010, p. 601).

Após a escrita individual os discentes foram convidados a partilharem suas lembranças com os colegas de turma, e a partir da identificação e engajamento com o dizer do outro foram reunidos temas em comum e os alunos(as) foram conduzidos para a escrita de um trabalho final.

Sendo assim, neste artigo trazemos as experiências de dois alunos, que vivenciaram e trouxeram em seus memoriais situações de racismo e LGBTfobia em suas experiências formativas em música ao longo da vida. Embora o foco do artigo não seja relatar diretamente suas experiências pessoais, essas vivências serviram como ponto de partida para que os alunos iniciassem um diálogo mais profundo sobre as temáticas que aqui serão trabalhadas. A partir dessas experiências, exploramos questões como as pressões sociais relacionadas a normas

étnico-raciais e de sexualidade, além da presença do racismo e da homofobia estrutural nas instituições de ensino.

Suas experiências podem servir como ponto de partida para uma análise mais ampla das questões de gênero, sexualidade e discriminação racial no campo da educação musical. Além disso, este artigo busca destacar a limitação de pesquisas acadêmicas sobre esses temas específicos dentro da Educação Musical bem como busca justificar a importância da abordagem dessas questões de forma mais abrangente e inclusiva.

Essas histórias individuais são abordadas com o propósito de lançar luz sobre questões mais amplas, relacionadas às interseções de gênero, sexualidade e discriminação racial no âmbito da educação musical. Ao destacar as experiências pessoais desses estudantes, o artigo visa contextualizar e aprofundar a compreensão das complexidades que permeiam a educação musical e as consequências dos desdobramentos das normas e estereótipos sociais presentes.

O objetivo geral deste trabalho é investigar o impacto do racismo e da LGBTfobia na educação musical, visando compreender como essas formas de discriminação afetam alunos e professores a partir da experiência em um curso de licenciatura em música. O estudo busca ampliar o entendimento dessas questões e propor estratégias para promover a inclusão e diversidade na educação musical. Para atingir o objetivo geral desse trabalho temos os seguintes objetivos específicos: Identificar barreiras que impedem a discussão aberta e a conscientização sobre racismo e sexualidade na educação musical; Examinar políticas e práticas institucionais relacionadas ao combate do racismo e da discriminação sexual na educação musical; E avaliar o impacto emocional e psicológico do ambiente hostil na sala de aula de música sobre o aprendizado dos alunos.

## **Discussões sobre racismo e LGBTfobia na educação musical**

A educação musical desempenha um papel significativo na formação cultural e social dos indivíduos, podendo impactar em suas percepções, valores e identidades. No entanto, o ambiente musical educacional não está isento de questões relacionadas ao racismo e à LGBTfobia, e “não basta apenas apresentar aulas expositivas para abordar temas como saúde sexual, diversidade, racismo, sexismo, LGBTfobia, inclusão, etc.”, faz-se necessário “pensar em

metodologias dialógicas que conectem o que está sendo abordado com a realidade, experiência e interesse dos alunos” (Paula, 2020, p. 38).

Nesse sentido, na primeira parte do artigo identificamos possíveis barreiras que dificultam a discussão aberta e a conscientização sobre essas formas de discriminação na educação musical, bem como propomos estratégias para promover a inclusão e a diversidade nesse contexto.

## **O racismo na educação musical**

O racismo é um tema complexo que permeia as estruturas sociais e institucionais em todo o mundo. Fundamentando-nos em Sílvia Almeida (2018) – autor do livro *O que é racismo estrutural?* – compreendemos o racismo como regra e não exceção em nossa sociedade brasileira. Segundo o autor, o racismo estrutural é “o modo ‘normal’ em que se constitui a sociedade, modo pelo qual as circunstâncias de privilégios se difundem entre determinados grupos raciais e se manifestam nas instâncias econômicas, políticas e institucionais” (Almeida, 2018, p. 50).

Existem algumas qualificações que definem formas diferentes de manifestação de racismo. Conhecer e entender essas definições de racismo poderá nos ajudar na compreensão das manifestações do mesmo. Dando enfoque à educação, Mateus (2019) cita o racismo epistêmico certificando que trata-se da discriminação e desvalorização do conhecimento produzido por pessoas negras e como os espaços ignoram suas perspectivas e contribuições. De acordo com o autor, “quando o conhecimento produzido por [negras e negros] é desconsiderado”, diz respeito ao “esquecimento das contribuições científicas trazidas por essas pessoas” (Mateus, 2019, p. 4). Essa violência se dá face ao predomínio de uma visão de mundo e de ciência essencialmente europeia: “tudo o que vem da Europa - cultura, artes, línguas, religiões, política - e das sociedades europeias é vista como superior em relação aos demais povos da América, África, Ásia e Oceania” (Mateus, 2019, p. 2).

No âmbito da educação musical muitos alunos e professores podem não reconhecer as manifestações de racismo, seja na seleção do repertório musical, na escolha de professores e modelos a serem seguidos, ou nas dinâmicas de sala de aula. No racismo epistêmico musical, nos respaldando em Souza (2020), Vieira Júnior e Pereira (2020), tratamos da “violência simbólica [que] se faz presente a partir das estruturas que são sustentadas como na ideia de

música universal enquanto juízo de valor, em decorrência da depreciação da música produzida por corpos negros” [...] sendo a música ocidental considerada como “dominadora e referência no ensino” (Vieira Júnior; Pereira, 2020, p. 6). É possível entender que,

[...] trata-se de uma estrutura conservatorial, na qual persiste a valorização da música padronizada, canônica, detentora das regras e das pedagogias musicais, reforçando, portanto, na música, as desvantagens sofridas pelos grupos de minoria, como os negros (Vieira Júnior; Pereira, 2020, p. 6).

No âmbito da educação musical, nota-se a resistência à discussão do racismo e que muitas vezes tem sido alimentada por receios, medos e desconfortos em torno do tema. É possível observar também que professores e alunos temem que ao abordar a temática possam ser interpretados de forma “errônea”, gerando conflitos, resistência e silenciamentos. Nesse sentido, entendemos que a ausência de letramento racial de forma geral pode contribuir para a manutenção da problemática, tornando mais difícil o progresso na promoção de uma educação musical mais inclusiva.

### **LGBTfobia na Educação Musical**

A Discussão sobre LGBTfobia na educação musical enfrenta barreiras semelhantes às do racismo. A LGBTfobia muitas vezes é vista como um tópico tabu, o que torna difícil para alunos e professores abordarem questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero. Conforme Louro (*apud* Elian, 2013), o ambiente musical pode ser particularmente heteronormativo, pois “historicamente estabeleceu-se uma norma para controlar as condutas ditas normais, baseada em relações de poder, em que a referência está pautada no homem heterossexual, branco, cristão, urbano e de classe média”. Para a autora,

todos aqueles que não se encaixam neste padrão são denominados “outros” e que serão definidos em contraponto ao modelo. A heteronormatividade que se define por uma norma compulsória à heterossexualidade, está apoiada na ligação entre sexo, gênero e expressão da sexualidade (Louro, 2009. p. 90 *apud* Elian, 2013, p. 2).

No âmbito da educação musical, enfrentamos um cenário desafiador em que o ambiente destinado a promover segurança e inclusão, muitas vezes, falha em abraçar a

comunidade LGBTQIA+<sup>1</sup>. A autenticidade das expressões musicais que caracterizam essa comunidade parece estar, com frequência, restringida ou ignorada, o que faz com que estudantes LGBTQIA+ sintam-se excluídos e inibidos de expressar sua identidade. Oliveira e Farias (2020) oferecem uma perspectiva significativa sobre este tema, enfatizando a marginalização das expressões musicais queer nas práticas curriculares. Os autores tentam

aproximar currículos da educação musical escolar com a teoria queer no intuito de problematizar sonoridades *Outras* que circulam, muitas vezes, clandestinamente pelos *espaçostempos* das escolas. Quando [dizem] clandestinamente, o fazemos pela certeza de sua supressão das políticas oficiais de currículo, ou seja, a música queer não é presente, efetivamente, nas práticas curriculares, seja na formação docente, seja nos currículos cotidianos das escolas (Oliveira; Farias, 2020, p. 7, grifos no original).

Além disso, a LGBTfobia pode se manifestar de maneiras mais sutis, como a falta de representação de compositores ou músicos LGBTQIA+ nos currículos musicais. Isso cria uma lacuna na educação musical, pois não permite que os alunos conheçam e apreciem a contribuição significativa de artistas LGBTQIA+ para a música.

## **Pensando estratégias para promover a Inclusão e a Diversidade**

Diante dessas barreiras, é fundamental desenvolver estratégias para promover a inclusão e a diversidade na educação musical. Isso pode envolver a implementação de programas de conscientização sobre racismo e LGBTfobia, a inclusão de músicas e compositores diversos nos currículos, e a promoção de um ambiente seguro e acolhedor para os alunos, independentemente de sua raça, orientação sexual ou identidade de gênero. A importância dessa inclusão é ressaltada na citação de Oliveira e Farias (2021), que enfatizam a necessidade de romper com as estruturas coloniais e hegemônicas presentes na academia, pois

A presença dos corpos trans, pretos, bichas, lésbicas, pessoas com deficiência (PcD), indígenas, e tantos outros que rompem com a colonialidade da academia, abrem caminhos para que possamos escrever nossos trabalhos, interrogar as perspectivas hegemônicas que insistem em padronizar, do

---

<sup>1</sup> “A comunidade LGBTQIA+ e o mundo que ela representa vive em constante mudança e evolução. Novas pautas são adicionadas sempre que novas questões que envolvam as homossexualidades, no âmbito político ou social, surgem” (Bortoletto, 2019, p. 10). Dito isso, escolhemos adotar a sigla LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e Assexuais), que abraça as diversas sexualidades e identidades de gênero de forma abrangente. No entanto, entendemos e respeitamos que essa sigla está em constante mudança.

mesmo modo em que contorcem epistemologias postas como verdadeiras (Oliveira; Farias, 2021, p. 210).

A educação musical tem o potencial de ser catalisadora de mudanças positivas na sociedade ao desafiar preconceitos e estereótipos. Este trabalho se propõe a aprofundar o entendimento das barreiras que impedem a discussão aberta sobre racismo e sexualidade na educação musical e, a partir disso, contribuir para o desenvolvimento de estratégias que promovam a inclusão e a diversidade nesse contexto. Colaborando para que a educação musical possa se tornar um espaço mais inclusivo, enriquecedor e respeitoso.

### **Políticas e práticas institucionais na educação musical: combatendo o racismo e a discriminação sexual**

Visando combater o racismo e a discriminação sexual na educação musical nos concentraremos, nesta parte, na análise de iniciativas de políticas e práticas institucionais. O objetivo é explorar medidas que instituições de ensino musical têm adotado para promover a inclusão, a diversidade e a igualdade em suas abordagens pedagógicas, buscando apontar como as políticas podem se traduzir em práticas efetivas, e também identificar desafios e oportunidades para a melhoria contínua nesses espaços.

#### **Políticas institucionais**

As políticas institucionais desempenham um papel fundamental na definição da cultura e do ambiente de uma instituição de ensino musical e nesse sentido têm também a capacidade de moldar a abordagem da instituição à diversidade racial e sexual. Isso inclui a adoção de políticas antidiscriminação, a promoção da diversidade no corpo docente e a integração de conteúdo diversificado nos currículos, e cabe, portanto, à educação musical no Brasil

questionar-se se o clima organizacional da área comporta, atualmente, uma diversidade sexual e de gênero, quais políticas afirmativas para ingresso de pessoas LGBT são enredadas na área de música no Brasil, os desafios sociais que professores e alunos homossexuais enfrentam nos cotidianos das aulas de música, as barreiras que ainda existem para a livre expressão da sexualidade e os mecanismos que a própria área cria para regular e disciplinar sujeitos homossexuais (Oliveira, 2023, p. 227).

As políticas antidiscriminação são o alicerce para a promoção da igualdade na educação musical. Elas estabelecem diretrizes sobre o tratamento equitativo de todos os

alunos, independentemente de raça, gênero, orientação sexual ou identidade de gênero. Tais políticas podem ser instrumentais na criação de um ambiente seguro e inclusivo. Para Oliveira

É necessário criarmos políticas curriculares na educação musical que valorizem as experiências-vividas e suas escrevivências, que [...], pelos episódios de racismo e homofobia, experimentam e experienciam a vida musical de uma maneira singular (Oliveira, 2023, p. 351).

O racismo institucional confere privilégios e desvantagens a partir da desigualdade racial da sociedade, que possui instituições hegemônicas por determinados grupos sociais detentores do poder político e econômico. Deste modo, a política de ações afirmativas se apresenta como um caminho para a reforma desse funcionamento institucional, que por sua vez, geram polêmicas e controvérsias, pelo simples fato de ser um mecanismo legal e reparador histórico às injustiças sofridas por minorias no passado.

A eficácia das políticas institucionais se manifesta por meio das práticas implementadas no dia a dia. É fundamental que as instituições traduzam suas políticas em ações concretas que promovam a inclusão e a diversidade. Muitas vezes, as pessoas tendem a enxergar currículos como documentos abstratos, desvinculados da realidade, compostos por meras ideias e teorias. No entanto, é importante compreender que os currículos são muito mais do que isso. No âmbito dessa discussão curricular, Oliveira (2022), busca a ideia de

redimensionar o caráter meramente implementador dos currículos como planos para considerar que os currículos têm rostos, têm corpos, tem peles, tem gênero, tem orientação sexual. Eles são encarnados na vida vivida e, por isso, são tão importantes a quaisquer instituições de ensino. Como coração da instituição de ensino, os currículos são responsáveis por personificar a representatividade carnal, logo, se ele continuar sendo operacionalizado apenas pelas peles brancas, pelos corpos cisgêneros e heterossexuais, dificilmente seus documentos escritos serão múltiplos. Quando o Manifesto chama atenção à participação de pessoas negras nas feitura de documentos curriculares, informa a pessoas brancas – cis\* e hétero – que elas não podem mais falarem sobre Outra/os a partir de si mesmas (Oliveira, 2022, p. 362).

Segundo Oliveira (2022), os currículos escolares devem ser vistos como reflexões das diversas experiências humanas, incluindo origens étnicas, gêneros e orientações sexuais, e não apenas como documentos abstratos. A inclusão de pessoas negras na elaboração desses currículos é essencial para garantir uma representação mais completa e justa, evitando uma visão limitada e homogênea. A diversidade na criação dos currículos permite capturar uma

gama mais ampla de experiências e conhecimentos, enriquecendo o ambiente educacional e podendo promover uma compreensão mais inclusiva da sociedade.

A reflexão sobre a criação e implementação de currículos revela sua complexidade e a importância da diversidade em sua concepção. Currículos que são formatados por um grupo homogêneo de pessoas tendem a refletir apenas uma perspectiva circunscrita, ignorando a riqueza da diversidade humana. Assim, é importante que para a elaboração dos currículos sejam envolvidas pessoas de diversas origens, para que possam ser alcançadas vastas vivências e entendimentos.

### **Diversidade no corpo docente**

A representação diversificada no corpo docente é essencial para inspirar e apoiar os alunos. Ter professores de diferentes origens étnicas e identidades de gênero permite que os estudantes se identifiquem com modelos diversos, e promovam uma perspectiva plural no ensino da música. Nesse sentido, Oliveira (2023) afirma que

A falta de representatividade, de oportunidades, a privação da participação em eventos, de políticas de ações afirmativas e outras tantas coisas que leva a perceber um acúmulo de vantagens e desvantagens baseadas em raça, gênero e orientação sexual (Oliveira, 2023, p. 268).

No cenário da educação musical no Brasil, observa-se uma significativa falta de diversidade étnica entre o corpo docente dos cursos de Música, sobretudo nas Licenciaturas. Dados provenientes de um estudo intitulado “Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior”, publicado em 2022 constatou que

a existência de disparidades raciais e de gênero na docência superior, sendo prevalentes os docentes brancos e do sexo masculino. Além disso, observaram-se associações significativas em relação à interseção de gênero e raça na ocupação deste espaço. A idade e a atuação profissional e o fato de ser uma instituição pública ou privada condicionaram as chances de homens não brancos e de mulheres em geral atuarem no ensino superior. Esses elementos sustentam a tese de primazia racial e de gênero amplamente discutidas na literatura especializada. (Ferreira; Teixeira; Ferreira, 2022, p. 303).

O estudo mencionado, evidencia a predominância de professores brancos nesses cursos. Essa carência de diversidade não se limita apenas ao quadro de docentes, estendendo-

se à abordagem pedagógica, ao repertório musical ensinado, e às referências teóricas, que, em grande medida, concentram-se em compositores e pensadores brancos. Além disso, os critérios de ingresso em concursos públicos para cargos acadêmicos na área da música podem refletir desigualdades raciais, dificultando o acesso de professores negros a tais posições e perpetuando a falta de diversidade no corpo docente. Esse contexto impacta diretamente a formação dos alunos, limitando sua exposição a diferentes estilos musicais e culturas, reforçando, assim, a necessidade premente de promover uma educação musical mais inclusiva e igualitária, que reconheça e valorize a diversidade racial e cultural. Oliveira (2022) ressalta essa problemática com precisão, afirmando que

a maior parte do corpo docente dos cursos de Música no Brasil, em especial as Licenciaturas, é composta por pessoas brancas, que leem – em sua esmagadora maioria – pessoas brancas, que tocam músicas compostas por pessoas brancas, que citam produções artístico-intelectuais de pessoas brancas, que preparam critérios raciais desiguais de ingresso em concursos públicos e que ensinam um repertório essencialmente branco, com teorias escritas por pessoas brancas (Oliveira, 2022, p. 122).

A inclusão de compositores e músicos de diferentes origens culturais e experiências na programação curricular é essencial para expor os alunos a uma ampla variedade de estilos musicais. Isso também contribui para a compreensão e valorização da diversidade musical. Embora existam políticas e práticas institucionais eficazes no combate ao racismo e à discriminação sexual na educação musical, ainda existem desafios a serem superados. Alguns dos desafios incluem a resistência à mudança, a falta de recursos e a necessidade de avaliação contínua. No entanto, esses desafios também representam oportunidades para o aprimoramento e a promoção da igualdade na educação musical. As instituições podem aprender com suas experiências, envolver a comunidade escolar e continuar aprimorando suas políticas e práticas.

## **Impactos emocionais e psicológicos na sala de aula**

A sala de aula de música, idealmente um ambiente de liberdade criativa e expressão emocional, enfrenta desafios significativos quando marcada por preconceitos como racismo e LGBTfobia. Estes preconceitos não somente marginalizam alunos específicos, mas perturbam todo o ambiente educacional, como ressalta Jesus (2023), ao apontar que "a marginalização

pode levar à estigmatização e à discriminação, limitando a expressão e desenvolvimento dos indivíduos marginalizados" (Jesus, 2023, p.38). Este impacto negativo se estende ao psicológico dos estudantes, afetando sua autoestima, motivação e saúde mental, e potencialmente diminuindo sua capacidade de aprendizado e criatividade.

A vulnerabilidade da educação musical frente a estas dinâmicas é notável. A música, frequentemente um meio de autoexpressão e exploração da identidade, pode ser comprometida em um ambiente hostil. Barbeiro e Machado (2010) destacam a importância de reconhecer a violência estrutural no contexto educacional, afirmando que ela é "sinônimo da injustiça social que releva a forma como as hierarquias sociais estão estruturadas e a exploração dos grupos desfavorecidos pelos grupos dominantes" (Barbeiro; Machado, 2010, p. 10). Isso reforça a ideia de que estudantes sujeitos ao racismo e à LGBTfobia podem ter seu desenvolvimento artístico e pessoal limitado.

A necessidade de estratégias inclusivas nas salas de aula de música é ainda mais evidenciada pela análise de Wenning (2020), que ressalta o papel dual da escola em perpetuar e combater estereótipos e preconceitos. Wenning afirma que "a música participa da construção de nossas identidades de gênero e de sexualidade" (Wenning, 2020, p. 6), indicando a relevância da música na formação de identidades e na necessidade de abordagens educacionais sensíveis a essas questões.

Para combater estes desafios, medidas como treinamento de sensibilidade cultural para educadores, o desenvolvimento de currículos inclusivos e políticas contra discriminação são essenciais. Oliveira (2022) oferece uma perspectiva relevante sobre como estas experiências negativas emergem, destacando ações que incluem "silenciamento, hostilidade nas brincadeiras de cunho homofóbico-racial, e o entendimento de que a música não é afetada por problemas sociais – mito da neutralidade musical" (Oliveira, 2022, p. 373). Estes aspectos, como o silenciamento de vozes marginalizadas e a falsa premissa da neutralidade musical, evidenciam a necessidade de uma abordagem educacional mais abrangente e inclusiva.

Assim, para garantir que a educação musical continue sendo uma ferramenta de expressão e crescimento pessoal, é impreterível transformar as salas de aula em espaços seguros e acolhedores, livres de preconceito e discriminação. A colaboração entre educadores, administradores e políticos é fundamental para criar uma educação musical que reflita valores de inclusão, respeito e diversidade.

## Considerações finais

Este artigo explorou as dinâmicas de racismo e LGBTfobia na educação musical, tomando como base as vivências de dois alunos do curso superior de música. Suas vivências, permeadas de desafios e obstáculos, serviram como um microcosmo para compreender as questões mais amplas de gênero, sexualidade e discriminação racial no campo da educação musical. Por meio desta análise, identificamos barreiras significativas que impedem a discussão aberta e a conscientização sobre racismo e LGBTfobia na educação musical, assim como o impacto emocional e psicológico desses preconceitos na experiência educacional.

O trabalho revelou uma profunda necessidade de políticas e práticas institucionais mais inclusivas. Refletimos que, embora existam esforços para combater o racismo e a discriminação sexual na educação musical, ainda há um caminho considerável a ser percorrido. A representação diversificada no corpo docente, a inclusão de compositores e músicos LGBTQIA+ e de diferentes origens culturais nos currículos, e a implementação de políticas antidiscriminação são etapas fundamentais para criar um ambiente educacional mais igualitário e inclusivo.

No entanto, além dessas medidas institucionais, este estudo ressalta a importância de transformar as salas de aula de música em espaços seguros e acolhedores. Medidas como o treinamento de sensibilidade cultural para educadores e o desenvolvimento de currículos inclusivos são essenciais para garantir que a educação musical seja uma ferramenta eficaz de expressão e crescimento pessoal.

Por fim, este artigo não apenas buscou iluminar áreas críticas que necessitam de atenção na educação musical, mas também visa oferecer um chamado à ação. Faz-se necessário que educadores, administradores e formuladores de políticas colaborem para criar uma educação musical que reflita os valores de inclusão, respeito e diversidade. Somente por meio desses esforços conjuntos podemos esperar que a educação musical se torne uma catalisadora de mudanças positivas, desafiando preconceitos e estereótipos e promovendo um ambiente mais enriquecedor e respeitoso.



OLIVEIRA, Wenderson Silva; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Enviadescer a educação musical, musicar a bicha e fraturar currículos: estranhamentos sonoros para pensar fazer um currículo queer. *Revista da Abem*, v. 28, p. 139-161, 2020. Disponível em: <http://abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/903/573>. >. Acesso em: 9 jun. 2023.

OLIVEIRA, Wenderson Silva; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. “EU TÔ TENTANDO SOBREVIVER NO INFERNO”: currículos, precariedades pandêmicas e resistências em educação musical. *Momento - Diálogos Em Educação*, v. 30, n. 2, 197-219, 2021. <https://doi.org/10.14295/momento.v30i02.13160>.

OLIVEIRA, Wenderson Silva. Enviadescer a educação musical: currículos-como-experiências-escrevidas e resistências de bixaspretas cearenses ao racismo e à homofobia no ensino de música. 2022. 395 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=106095> Acesso em: 15 out. 2023.

PAULA, Luciana Dantas de. Diversidade e desconstrução de preconceitos: estudo de práticas decorrentes de projeto em Escola Pública do DF. 2019. xi, 144 f., il. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde), Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: [Repositório Institucional da UnB: Diversidade e desconstrução de preconceitos : estudo de práticas decorrentes de projeto em Escola Pública do DF](#) Acesso em: 14 out. 2024.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. O memorial no espaço da formação acadêmica: (re)construção do vivido e da identidade. *Perspectiva*, v. 28, n. 2, p. 601-624, jul./dez. 2010. Disponível em: [https://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20120831132644.pdf](https://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20120831132644.pdf) Acesso em: 10 out. 2023.

VIEIRA JÚNIOR, Luiz Carlos; PEREIRA, Rayssa Karoline Rodrigues. Racismo na música: uma pesquisa sobre o racismo na trajetória acadêmica de cotistas negros em um curso de graduação em música. NAS NUUVENS... CONGRESSO DE MÚSICA, 6., 2020, Belo Horizonte. *Anais [...]* Belo Horizonte: UFMG, 2020. Disponível em: <https://musica.ufmg.br/nasnuvens/index.php/6o-nas-nuvens-congresso-de-musica-anais-2020/>. Acesso em: 5 nov. 2023.

WENNING, Gabriela Garbini. Diversidade de gênero e sexualidade na docência de música: um estudo com professores/as de música da educação básica. *Revista da Abem*, v. 28, p. 211-229, 2020. Disponível em: <http://www.abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/899/577> Acesso em: 1 nov. 2023.